

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALLAN VINICIUS DE OLIVEIRA FRACARO

A POLÍTICA PÚBLICA REVITIS E O ENOTURISMO NO PARANÁ DE 2019 A 2024

CURITIBA

2024

ALLAN VINICIUS DE OLIVEIRA FRACARO

A POLÍTICA PÚBLICA REVITIS E O ENOTURISMO NO PARANÁ DE 2019 A 2024

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo
apresentado ao curso de Turismo da Universidade
Federal do Paraná como requisito de obtenção do
título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Vander Valduga

CURITIBA

2024

AGRADECIMENTOS

Sem dúvidas minha jornada acadêmica foi marcada por desafios, aprendizado e crescimento pessoal. Por isso, este trabalho não poderia ter sido concluído sem a contribuição e o apoio de pessoas especiais que estiveram ao meu lado durante essa trajetória.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Simone e Irineu, pelo incentivo incondicional desde cedo a valorizar a educação e perseguir meus objetivos. Em especial, à minha mãe, que, em inúmeros momentos, foi minha fortaleza, oferecendo seu apoio, compreensão e ajuda prática para que eu pudesse realizar este curso.

Ao amor da minha vida, Valentina Moro, minha eterna parceira, que esteve ao meu lado em todos os momentos, nos mais felizes e nos mais difíceis. Suas palavras de encorajamento e sua presença nas madrugadas de estudo foram fundamentais para que eu seguisse em frente, mesmo quando as circunstâncias pareciam desafiadoras. Seu apoio me deu força e inspiração para continuar.

Sou imensamente grato aos meus professores, que me transmitiram não apenas conhecimento, mas também valores e experiências enriquecedoras que levarei comigo por toda a vida. Em especial, ao Professor Vander Valduga, cuja orientação, paciência e dedicação foram essenciais para a realização deste trabalho.

Por fim, expresso minha gratidão aos colegas e amigos que, de diferentes maneiras, contribuíram para tornar essa caminhada mais leve e significativa, seja por meio de palavras de incentivo, seja através das trocas de aprendizado e das vivências compartilhadas que enriqueceram minha jornada. Um agradecimento especial aos meus amigos de infância, Lucas, Gabriel e Felipe, que, mesmo após tantos anos, continuam ao meu lado, oferecendo amizade, apoio e cumplicidade em todas as fases da vida.

A cada um de vocês, minha eterna gratidão. Este trabalho é também um reflexo de tudo o que vocês representam para mim.

Choose life.
Choose a job.
Choose a career.
Choose a family...
(Trainspotting, 1996)

RESUMO

O enoturismo, atividade de crescente importância econômica e cultural, encontra-se em desenvolvimento no Brasil, impulsionado por políticas públicas voltadas à vitivinicultura. Esta pesquisa avalia o impacto do Programa de Revitalização da Vitivinicultura Paranaense (REVITIS) no enoturismo local, destacando suas influências na consolidação de novos destinos no Paraná. O recorte temporal abrange o período de 2019, ano de criação do programa, até 2024. Com abordagem exploratória e descritiva, o estudo utilizou entrevistas semiestruturadas com especialistas e agentes vinculados ao REVITIS para analisar sua implementação no contexto turístico do estado. A investigação busca compreender como políticas públicas podem fomentar o desenvolvimento turístico em regiões vinícolas emergentes, contribuindo para o avanço do enoturismo no Paraná. Os resultados apontaram que esta fomentação tem sido realizada principalmente através de apoio financeiro às vinícolas, elaboração de eventos gastronômicos, capacitação profissional e elaboração de projetos que buscam expandir a experiência turística, apresentando as vinícolas como um ponto convidativo aos clientes.

Palavras-chave: Vitivinicultura; Enoturismo; Paraná; Políticas Públicas; REVITIS.

ABSTRACT

Wine tourism, an activity of growing economic and cultural importance, is developing in Brazil, driven by public policies aimed at viticulture. This research evaluates the impact of the Paraná Viticulture Revitalization Program (REVITIS) on local wine tourism, highlighting its influence on the consolidation of new destinations in Paraná. The time frame covers the period from 2019, the year the program was created, to 2024. With an exploratory and descriptive approach, the study used semi-structured interviews with experts and agents linked to REVITIS to analyze its implementation in the state's tourism context. The research seeks to understand how public policies can foster tourism development in emerging wine regions, contributing to the advancement of wine tourism in Paraná. The results showed that this promotion has been carried out mainly through financial support for wineries, the development of gastronomic events, professional training and the development of projects that seek to expand the tourist experience, presenting wineries as an inviting point for customers.

Keywords: Viticulture; Wine tourism; Paraná; Public policies; REVITIS.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA TEMÁTICO DO ENOTURISMO PARANAENSE	30
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO PARA O ENOTURISMO.....	26
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PROCESSO DE PESQUISA EM TURISMO	34
QUADRO 2 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	36
QUADRO 3 – DESCRIÇÃO DO CURSO	46
QUADRO 4 – ORÇAMENTO DETALHADO	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELATÓRIO ANUAL DA OIV PRODUÇÃO MUNDIAL DE VINHO.....	18
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

IAPAREMATER - Associação Regional de Produtores de Materiais

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IDR-Paraná - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

MTUR - Ministério do Turismo

UTV - Unidades de Teste e Validação

OIV - Organização Internacional da Vinha e do Vinho

OMT - Organização Mundial do Turismo

REVITIS - Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense

VINOPAR - Instituto Brasileiro do Vinho do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MARCO TEÓRICO	16
2.1 VITIVINICULTURA NO CONTEXTO INTERNACIONAL E O BRASIL	16
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA VITIVINICULTURA.....	23
2.4 O ENOTURISMO.....	26
2.5 ASPECTOS TURÍSTICOS DA VITIVINICULTURA PARANAENSE	28
2.6 REVITIS	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
3.1.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	34
3.1.2 PESQUISA DOCUMENTAL	35
3.2 ENTREVISTAS	35
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
4.1 EIXO TURÍSTICO DO REVITIS.....	36
4.2 COMO ESTAS PROPOSTAS VÊM SENDO CUMPRIDAS	39
5 PROJETO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO	45
5.1 DESCRIÇÃO DO CURSO E ESTRUTURA.....	45
5.2 CUSTOS RELACIONADOS AO CURSO	46
5.3 COMO O PROJETO IMPACTA O REVITIS	47
5.4 CUSTOS RELACIONADOS AO CURSO	47
6 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTEVISTA.....	53

1 INTRODUÇÃO

O vinho é uma bebida valorizada globalmente, com uma história que remonta a milênios, produzida através da fermentação da uva (Bortoletto, 2021). No Brasil, a produção vitivinícola compreende três principais regiões: Santa Catarina, Pernambuco, e o Rio Grande do Sul. Ainda, em menor escala, encontra-se o Norte e Sul de Minas Gerais, São Paulo e Centro-Oeste e o Norte do Paraná (Bortoletto, 2021).

O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de uvas do Brasil, atualmente, 30 municípios do estado se caracterizam pela presença de atividades turísticas ligadas ao vinho, prática social denominada como Enoturismo (Valduga, 2014). Para Minasse (2018), o Enoturismo é um segmento do turismo que pressupõe o deslocamento de pessoas, motivadas pelas propriedades organolépticas e por todo contexto da vitivinicultura, da elaboração e da degustação de vinhos.

Nesse sentido, a vitivinicultura tem grande relevância econômica em diversos países, como Itália, França, Espanha, Estados Unidos, Austrália, China, África do Sul, Chile, Argentina, Alemanha e Portugal (Bortoletto, 2021). Já no Brasil, ainda é uma prática econômica que se apresenta em fase de desenvolvimento, que tem potencial de aumentar a produção, o consumo e a rentabilidade por meio do aprimoramento da qualidade do produto final (Theodoro, 2021).

O desenvolvimento econômico de uma atividade é um fenômeno global, que diz respeito às alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social. (Vasconcellos, 1998)

O mercado brasileiro de vitivinicultura é uma atividade econômica e social que tem ligações com a sustentabilidade da pequena unidade de produção rural, gerando emprego e renda para os agricultores e também ampliando o número de postos de trabalho nos grandes empreendimentos do setor (Hoeckel, 2017).

Devido a este potencial econômico, observa-se o interesse na criação de Políticas Públicas, que regularizem e fomentem a vitivinicultura, uma vez que, através delas o Estado pode intervir na atividade econômica.

As políticas públicas estão relacionadas à atuação do governo que, visando alcançar objetivos pré-definidos, adota ações e estratégias a partir das quais se desenvolvem as relações entre Estado, economia e sociedade (Nadal, 2021).

Essas políticas se manifestam em documentos formais, como leis, programas e linhas de financiamento, refletindo as características e prioridades de um determinado contexto político.

No Paraná, compreende-se que a vitivinicultura está estagnada, de acordo com o IBGE, no ano de 2023 o Paraná chegou a produzir 56.912 toneladas de uva dentro de uma área de 4.000 hectares, e que vem apresentando índices semelhantes desde 2016, sem grandes ascensões, sendo somente notável uma queda nesta produção no ano de 2019, onde pela primeira vez apresentou uma produção de uvas abaixo de 50.000.

Portanto, para fomentar o crescimento dessa atividade econômica no Paraná e expandir a área de cultivo da uva, tornou-se necessária a criação de uma política pública que permitisse a intervenção do governo para alcançar esses objetivos.

Nessa toada, criou-se em 2019 o Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense - REVITS, com objetivo principal de criar e promover fundamentos técnicos, jurídicos e econômicos para o avanço e a renovação da viticultura e da agroindústria vinícola no estado (REVITIS, 2019).

O presente trabalho, tem como objetivo compreender como políticas públicas podem fomentar o desenvolvimento turístico em regiões vinícolas emergentes, contribuindo para o avanço do enoturismo no Paraná. Abordou-se o cenário do enoturismo paranaense antes e após a criação do REVITIS em 2019.

Quanto às melhorias e desenvolvimentos, foi feito um diagnóstico das propostas e planejamento dispostos em seu texto, correlacionando-as com a realidade fática, na forma com que busca concretizar tais objetivos, qual foi o último objetivo ligado ao projeto, ademais, quais foram alcançados.

Ao final, é proposto um projeto de curso de capacitação técnica para vinícolas, integrado ao eixo estratégico de desenvolvimento do enoturismo no Paraná, visando capacitar técnicos e produtores para a criação, gestão e promoção de roteiros turísticos.

O estudo torna-se relevante na medida em que, embora as pesquisas científicas sobre enoturismo nos últimos anos tenham aumentado, poucas se

dedicam a examinar como as políticas públicas influenciam a consolidação de novos destinos e vinícolas. A investigação da Política Pública Revitis e seu impacto no enoturismo do Paraná dispõe de uma compreensão aprofundada de como tais políticas podem influenciar e fomentar o desenvolvimento turístico em regiões vinícolas emergentes.

Dado que o exercício do poder político envolve uma rede complexa de atores com interesses e projetos divergentes, é fundamental a existência de mediações sociais e institucionais para alcançar um consenso mínimo, garantindo assim a legitimidade e eficácia das políticas públicas.

A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral, torna a publicização fundamental. As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos (TEIXEIRA, 2002). Neste contexto, foi discutido o desenvolvimento socioeconômico do enoturismo, considerado de interesse público, mesmo quando movimentado por esferas privadas, uma vez que interferem diretamente na economia local.

2 MARCO TEÓRICO

Com base nos objetivos delineados, este capítulo apresenta a fundamentação teórica para a introdução e a realização da pesquisa e para o desenvolvimento do projeto subsequente.

2.1 VITIVINICULTURA NO CONTEXTO INTERNACIONAL E O BRASIL

Para apreciarmos a atividade enoturística, é de suma importância, entendermos a matéria-prima que fomenta este fenômeno, o vinho. A vitivinicultura é a atividade econômica baseada no cultivo de uvas e na fabricação de vinhos e outros derivados. Ela se dedica a compreender as origens de sua produção, especialmente a paisagem que envolve o cultivo das uvas e a elaboração do vinho (Gabardo, 2019).

Dados históricos indicam que a produção de vinhos remonta a aproximadamente 7000 a 7400 a.C. (McGovern, 2003). A Vitivinicultura desempenha um papel econômico significativo em diversos países, como: Itália, França, Espanha,

Estados Unidos, Austrália, China, África do Sul, Chile, Argentina, Alemanha e Portugal (Bortoletto, 2021).

Na Europa, encontram-se os principais países produtores, formando o "Velho Mundo" do vinho. Esses países influenciaram a produção em outros territórios, dando origem ao "Novo Mundo" do vinho, Estados Unidos, Chile, Argentina, Uruguai, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Brasil (Pereira, 2020).

De acordo com o relatório anual da OIV, a produção mundial de vinho em 2023 é estimada em 237 milhões de hL*, desse total a União Europeia representou cerca de 60,8% da produção mundial de vinho, tendo os três maiores produtores respectivos: França, 20,2% (48,0 mhl); Itália, 16,1% (38,3 mhl); Espanha, 11,9% (28,3 mhl). Outros países aparecem com produção relevante, EUA: 10,2% (24,3 mhl), e Chile: 4,6% (11,0 mhl):.

Tabela 1: Relatório anual da OIV produção mundial de vinho

mhl	2018	2019	2020	2021	2022 Prov.	2023 Prel.	23/22 % Var.	23/avg.18-22 % Var.	2023 % world
France	49.2	42.2	46.7	37.6	46.0	48.0	4.4%	8.3%	20.2%
Italy	54.8	47.5	49.1	50.2	49.8	38.3	-23.2%	-23.9%	16.1%
Spain	44.9	33.7	40.9	35.3	35.8	28.3	-20.8%	-25.7%	11.9%
USA	26.1	25.6	22.8	24.1	22.4	24.3	8.5%	0.5%	10.2%
Chile	12.9	11.9	10.3	13.4	12.4	11.0	-11.4%	-9.7%	4.6%
Australia	12.7	12.0	10.9	14.8	13.1	9.6	-26.2%	-24.1%	4.1%
South Africa	9.5	9.7	10.4	10.8	10.3	9.3	-10.0%	-8.3%	3.9%
Argentina	14.5	13.0	10.8	12.5	11.5	8.8	-23.0%	-29.2%	3.7%
Germany	10.3	8.2	8.4	8.4	8.9	8.6	-3.8%	-2.9%	3.6%
Portugal	6.1	6.5	6.4	7.4	6.8	7.5	9.8%	13.2%	3.2%
Romania	5.1	3.8	3.8	4.5	3.8	4.6	21.2%	9.5%	1.9%
Russia	4.3	4.6	4.4	4.3	5.0	4.5	-10.0%	-0.6%	1.9%
New Zealand	3.0	3.0	3.3	2.7	3.8	3.6	-5.8%	14.3%	1.5%
Brazil	3.1	2.2	2.3	2.9	3.2	3.6	12.1%	31.4%	1.5%
China	9.3	7.8	6.6	5.9	4.7	3.2	-33.0%	-53.9%	1.3%
Hungary	3.6	2.4	2.6	2.6	2.5	2.4	-2.1%	-11.2%	1.0%
Austria	2.8	2.5	2.4	2.5	2.5	2.4	-6.5%	-6.3%	1.0%
Georgia	1.9	2.1	2.1	1.9	1.9	1.9	-3.0%	-5.8%	0.8%
Moldova	1.9	1.5	0.9	1.4	1.4	1.8	27.0%	25.0%	0.7%
Greece	2.2	2.4	2.2	2.4	2.1	1.4	-34.4%	-39.7%	0.6%
Switzerland	1.1	1.0	0.8	0.6	1.0	1.0	1.8%	11.6%	0.4%
Other countries	15.6	14.5	14.0	13.4	13.6	13.2	-2.7%	-6.9%	5.6%
World total	294.8	257.9	262.2	259.7	262.6	237.3	-9.6%	-11.3%	100.0%

Figures in italics: estimate OIV
Sources: OIV, EC DG AGRI, FAO, National Statistical Offices, Specialized Press

©OIV

(Fonte: OIV, 2023)

Atualmente, o Brasil é um dos países que mais consomem vinho no mundo, representando 1.8% do consumo mundial, o país é o 14º no ranking mundial de maiores consumidores (OIV, 2023). Com um aumento considerável em sua produção anual, em 2023, o país produziu 3,6 milhões de hL de vinho, 12,1% superior ao ano anterior e 31,4% acima da média dos últimos cinco anos.

No Brasil a viticultura teve início em 1532, com a introdução das videiras pelos colonizadores portugueses na Capitania de São Vicente, atualmente São Paulo. Desde então, a atividade se expandiu para outras regiões do país com cultivares de *Vitis vinifera* oriundas de Portugal e Espanha (Protas, Camargo & de Melo, 2002).

No entanto, foi somente em 1875, com a chegada dos imigrantes italianos, que a vitivinicultura se consolidou comercialmente. Os imigrantes italianos impulsionaram o desenvolvimento da vitivinicultura no sul do país (Leão, 2010).

No início do século XX, o apoio governamental resultou em um aumento significativo da área plantada com castas viníferas no Rio Grande do Sul. Na década de 1970, a chegada de empresas multinacionais à Serra Gaúcha e à Fronteira Oeste estimulou ainda mais essa expansão (Protas, Camargo & de Melo, 2002).

No cenário global, os principais produtores de vinho, Itália e França, geram aproximadamente cinco bilhões de litros por ano. Em contraste, o Brasil, nos últimos anos, tem produzido cerca de 250 milhões de litros, somando vinhos de mesa e vinhos finos, o que revela uma produção ainda modesta (Bortoletto, 2021).

Presentemente a vitivinicultura brasileira é majoritariamente concentrada na Região Sul, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, o maior produtor nacional. Responsável por mais de 90% da produção total de vinhos e suco de uva, além de cerca de 85% dos espumantes (Embrapa, 2021). Contudo, nos últimos anos, a vitivinicultura brasileira tem se descentralizado, expandindo suas fronteiras para além da Região Sul (Valduga, 2018).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A vitivinicultura é uma atividade econômica e social, que influencia diretamente na economia da sociedade que a exerce (Nadal, 2021; Almeida, 2019) como forma de canalização entre seu potencial econômico e seu funcionamento

prático, entendeu-se pela necessidade de intervenção estatal, como forma de regularizar e desenvolvê-la (Freire, 2023).

Nesse sentido, dentro de um modelo democrático, o instrumento governamental para intervenção nas ações da sociedade se dá por meio de Políticas Públicas, onde, tomando por referência o modelo brasileiro, os três poderes públicos, elaboram e movimentam planos de ações e regulamentações para o funcionamento e desenvolvimento de determinada prática social.

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006).

Existem muitas definições para o termo Políticas Públicas, muitas entre elas que divergem entre si, no entanto, todas convergem para um elemento central: o Governo (Nadal, 2021), isso porque, as políticas estão relacionadas a atuação do Governo em propor mudanças no rumo ou curso das ações, há um certo entendimento sobre a política pública ser um mecanismo com poder de interferir na estrutura social (Oliveira, 2017).

Desta forma, as Políticas Públicas atuam como ponte nas relações entre Estado, sociedade e economia, afetando questões como saúde, educação, emprego, habitação, meio ambiente, mercado financeiro, relações internacionais etc.

Na prática, para que se possa conceber o papel da política pública em sociedade, é fundamental que se “construa um paralelo entre o perfil técnico, político e burocrático, que caracteriza a elaboração e efetivação das mesmas, e a vasta gama de significados sociais e históricos, enraizados em uma complexidade de sentidos inerentes à própria ideia de política feita para atendimento de demanda do povo” (Oliveira, 2017).

A principal característica de uma sociedade é a diferenciação social. Seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional etc.), como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Por serem diferentes, os indivíduos trarão contribuições múltiplas e específicas à vida coletiva: habilidades, talentos, oferta de serviços, demandas, etc (Rua, 2009).

Quanto a seus interesses, esses são qualquer valor considerado importante, útil ou vantajoso, moral, social ou materialmente, resultantes de necessidades materiais ou ideais desta sociedade (Rua, 2009). A primeira, diz respeito à nossa sobrevivência física, e ao desejo de posse, já a segunda, são aquelas que fazem referência ao nosso desenvolvimento intelectual, cultural, religioso e político.

Nesta vênua, esses interesses se desdobram em cooperação, consistente na capacidade de realização de ações conjuntas em prol de um interesse comum, ou, competição, uma forma de interação social que compreende um amplo número de procedimentos de disputa por bens escassos, geralmente conforme regras admitidas pelas partes. No contraponto temos ainda o conflito, esse se distingue porque implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos, geralmente identificados como riqueza, poder e prestígio e todos os seus instrumentos (Rua, 2009).

O conflito é próprio da vida coletiva. Porém, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve estar dentro de limites administráveis. Por isso, as sociedades recorrem à política, seja para construir consensos, seja para controlar o conflito. Cabe indagar, então, o que é a política. Uma definição bastante simples é oferecida por Schmitter que diz que a “política é a resolução pacífica para os conflitos” (1984, p. 34).

Ainda, a política pode ser definida por:

1. Suas instituições, pelo quadro social concreto e estabelecido dentro do qual participam os atores.
2. Seus recursos, pelos meios utilizados pelos atores.
3. Seu processo, pela atividade principal à qual se consagram os atores.
4. Sua função, pelas consequências da sua atividade para a sociedade global de que faz parte.

Sob esta rubrica, tendo como princípio norteador do ordenamento jurídico pátrio a dignidade da pessoa humana, os gestores públicos devem primar a melhor maneira possível para tentar atingir a satisfação da sociedade, por meio de instrumentos de garantia dos direitos fundamentais e sociais, os quais as políticas públicas tornam-se os principais mecanismos necessários nesse processo. (Barroso, 2009).

As políticas públicas estão relacionadas à atuação do governo que, visando alcançar objetivos pré-definidos, adota ações e estratégias a partir das quais se

desenvolvem as relações entre Estado, economia e sociedade (Nadal, 2021). Estas políticas se manifestam em documentos formais, como leis, programas e linhas de financiamento, refletindo as características e prioridades de um determinado contexto político.

No contexto brasileiro, deve-se partir do ponto que todas as políticas públicas criadas obedecem à força normativa da Constituição, termo cunhado por Konrad Hesse (1959), isto é, a superioridade da Constituição sobre o restante da ordem jurídica. Nesse sentido, é que se respalda a expressão “neoconstitucionalismo”, usada para designar o estado do constitucionalismo contemporâneo. A particularidade do neoconstitucionalismo consiste em que, consolidadas esta premissa na esfera teórica, cabe agora concretizá-la elaborando técnicas jurídicas que possam ser utilizadas no dia-a-dia da aplicação do direito, nesse contexto se inserem, por exemplo, as discussões sobre a eficácia jurídica dos princípios constitucionais (Barcellos, 2005).

Ou seja, toda a ação governamental que busca adotar ações e estratégias a partir das quais se desenvolverão as relações entre o Estado e a sociedade, deve adotar a posição de norma infraconstitucional, vez que deve obedecer aos princípios da Constituição Federal de 1988.

Como se verá, o tema do controle das políticas públicas, está inserido nesse mesmo esforço de concretização técnica das noções de normatividade, superioridade e centralidade da Constituição. (Barcellos, 2005)

Portanto, ao menos dois elementos caracterizam o neoconstitucionalismo e merecem nota: a incorporação explícita de valores e opções políticas nos textos constitucionais, sobretudo no que diz respeito à promoção da dignidade humana e dos direitos fundamentais; e a expansão de conflitos específicos e gerais entre as opções normativas e filosóficas existentes dentro do próprio sistema constitucional (Barcellos, 2005). Passa-se a explicar.

As Constituições contemporâneas, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, introduziram de forma explícita em seus textos elementos normativos diretamente vinculados a valores - associados, em particular, à dignidade humana e aos direitos fundamentais - ou a opções políticas, gerais como a redução das desigualdades sociais e específicas como a prestação, pelo Estado, de serviços de educação.

Com esta lógica, que atualmente, mais precisamente na cartilha de políticas públicas “Brasil no Rumo Certo” publicada no ano de 2023, a maioria dos projetos governamentais seguem esse rumo assistencialista, entre eles incluem-se, o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Desenrola Brasil, entre outros. (GOVERNO FEDERAL, 2023).

Para que seja feita uma análise mais precisa das Políticas Públicas, primeiramente é importante salientar o que é uma análise de políticas públicas. Usaremos a definição de Wildavsky, que sugere que a Análise de Política tem como objeto os problemas com que se defrontam os formuladores de política (policy makers) e como objetivo auxiliar o seu equacionamento. (Wildavsky, 1979).

[...] o papel da Análise de Política é encontrar problemas onde soluções podem ser tentadas, ou seja, “o analista deve ser capaz de redefinir problemas de uma forma que torne possível alguma melhoria”. Portanto, a Análise de Política está preocupada tanto com o planejamento como com a política (politics).

Já os autores Ham e Hill (1993), que também voltaram seus estudos para a área de Políticas Públicas, classificou os estudos das políticas públicas da seguinte forma: a análise que tem como objetivo produzir conhecimentos sobre o processo de elaboração política (formulação, implementação e avaliação em si, revelando assim uma orientação predominantemente descritiva). Esta categoria corresponde, na literatura anglo-saxã, ao que se conhece como analysis of policy, referindo-se à atividade acadêmica visando, basicamente, ao melhor entendimento do processo político; e a análise destinada a auxiliar os formuladores de política, agregando conhecimento ao processo de elaboração de políticas, envolvendo-se diretamente na tomada de decisões, assumindo um caráter prescritivo ou propositivo. Corresponde, na literatura anglo-saxã, ao que se conhece como analysis for policy, referindo-se à atividade aplicada voltada à solução de problemas sociais (Ham e Hill, 1993).

Nesse sentido, a Análise de Política pode ter por objetivo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, como apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Ao serem elaboradas, as políticas públicas podem se basear em diversas metodologias, dentre as quais podemos destacar o método racional-compreensivo, que se relaciona com a macropolítica e suas grandes análises do cenário político-institucional; e o método incrementalista, que se liga à micropolítica e à busca de soluções para problemas mais imediatos e prementes (Rua, 2009). Fazendo uma análise com o que foi mencionado quanto às políticas públicas federais brasileiras, as quais têm um viés mais assistencialista, podemos encaixá-las na primeira definição.

Para o autor Lindblom, o método racional-compreensivo parte da perspectiva de que a intervenção de políticas públicas deve basear-se numa ampla análise dos problemas sociais que permita estabelecer metas visando atender às preferências mais relevantes da sociedade, ainda, o autor entende que neste método as decisões, geralmente, são tomadas sem se considerar as preferências do conjunto dos atores. (Lindblom, 1981).

Além disso, requer o processamento de uma enorme quantidade de informações e muito tempo para que seja realizada a análise das consequências de cada uma das alternativas para a consecução dos objetivos. Esse método é definido pelo autor como “análise política”, que exige a adequação de meios e fins. A crítica que o autor faz se dá no sentido de que, no “mundo real” as demandas da sociedade exigem decisões rápidas, ou até mesmo imediatas.

Segundo Lindblom (1981), o único critério para uma boa política pública é o do consenso possível em torno de uma solução, e isso é mais facilmente obtido quando se abordam questões pontuais. Pelo seu amplo escopo e complexidade, a análise macropolítica dificilmente é capaz de produzir consensos.

Assim, o autor propõe trabalharmos com a análise de políticas específicas, buscando soluções setoriais dos problemas. Em resumo, ele propõe a redução e a limitação do foco das análises, de maneira a identificar problemas específicos e pontuais.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA VITIVINICULTURA

O presente trabalho, buscou compreender como políticas públicas podem fomentar o desenvolvimento turístico em regiões vinícolas emergentes, contribuindo para o avanço do enoturismo no Paraná.

Realizou-se a análise da política pública REVITS, voltada para o desenvolvimento da vitivinicultura, ou seja, a análise de uma política pública específica, que busca desenvolver uma determinada área econômica, do cultivo da matéria prima e produção do vinho.

Entretanto, anteriormente, falaremos um pouco do contexto das políticas públicas na área da vitivinicultura.

Insta salientar, ao realizar uma análise sobre a produção de trabalhos científicos nesta área, os estudos ainda são escassos, há pouca literatura abarcando a discussão da aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento desta atividade (Minassi, Lohmann, Valduga, 2020).

Na prática, o autor do Projeto de Lei 1737/21, Jerônimo Goergen (PP-RS), afirma que algumas medidas são necessárias para preparar a vitivinicultura brasileira à concorrência de produtos importados, que cresceu nas últimas décadas. Em suas palavras, a vitivinicultura do Brasil precisa antecipar-se com o apoio urgente de uma política pública especialmente dirigida ao setor, que seja capaz de acelerar ainda mais seu desenvolvimento tecnológico e proporcionar ganhos de competitividade (Agência Câmara de Notícias, 2021).

O Projeto de Lei do deputado, é um dos exemplos de políticas públicas no Brasil voltado para esta área, o mesmo cria a Política Vitivinícola Nacional, com o objetivo de apoiar a produção brasileira de uva, vinho e derivados. O texto, que tramita desde 2017 na Câmara dos Deputados, também institui um fundo para financiar a política (Agência Câmara de Notícias, 2021).

Ainda, em 2024 foi lançada oficialmente a Frente Parlamentar em defesa e valorização da produção nacional da uva, vinhos, espumantes e derivados, uma iniciativa que surge como uma reação à regulamentação da última reforma tributária, que colocou vinhos e espumantes na categoria do chamado “Imposto do Pecado”.

Outro ponto levantado pelo grupo de deputados e senadores que busca preservar a vitivinicultura nacional é a legislação de trabalho relativa aos profissionais que atuam durante a safra, contratação que por ser de curto período, demanda um tipo de acordo diferenciado (Embrapa, 2024).

Entretanto, o governo não é o único agente determinante na formulação e aplicação das políticas públicas, existem atores externos que influenciam diretamente o gerenciamento dessas políticas. A percepção das vinícolas sobre a

atuação do poder público pode ser analisada diretamente pelo menos em dois segmentos: a agricultura e o turismo (OLIVEIRA, 2017).

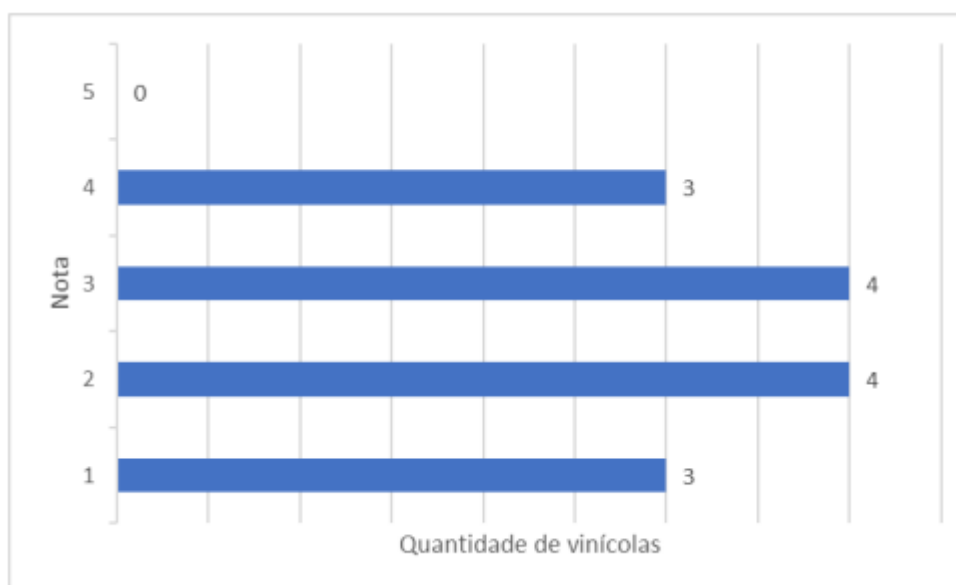
Nesse sentido, muitas vezes, como é o caso do Projeto de Lei mencionado acima, as políticas públicas voltadas para esta área, são analisadas em caráter conclusivo pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; (Agência Câmara de Notícias, 2021).

Vez que, a agricultura envolve toda a produção, transformação e comercialização da uva e do vinho; enquanto o turismo trata da governança, logística de acesso, sinalização, divulgação, comercialização do produto turístico.

Para além dos Projetos de Leis, destacam-se os Seminários de Vitivinicultura, organizados pela Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, em que são debatidos assuntos como qualificação, assistência técnica, propaganda, políticas públicas de incentivo, enoturismo, e o repasse de alguns investimentos, como o Fundovitis.

No tocante a ser beneficiado com alguma política pública governamental, 50% das vinícolas não tiveram benefícios aplicados ou percebidos diretamente (Freire, 2023). Quanto à metade que foi beneficiada, o programa REVITIS, foi o protagonista nas respostas como apoiador, de acordo com a pesquisa realizada pela autora pioneira na escrita acadêmica sobre o programa, Terezinha Busanello Freire em 2023.

GRÁFICO 1 - Avaliação das ações do poder público para o enoturismo



FONTE: Freire, 2023

Sobre quais ações foram realizadas pelo poder público para o desenvolvimento da vitivinicultura e do enoturismo e quais os resultados obtidos na visão dos respondentes da mesma pesquisa, os principais destaques são o REVITIS, divulgação, eventos como a semana do turismo, leis e feiras (Freire, 2023).

2.4 O ENOTURISMO

O turismo abrange as atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em locais diferentes de seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros motivos (OMT, 1999). A partir dessa definição, compreendemos que todo segmento associado a um tipo de turismo está vinculado a uma motivação específica.

Enoturismo é um segmento do turismo que pressupõe o deslocamento de pessoas, motivadas pelas propriedades organolépticas e por todo o contexto da viticultura, da elaboração e degustação de vinhos; bem como a apreciação das tradições, cultura, gastronomia e originalidade dos territórios do vinho. É um fenômeno dotado de subjetividade em que o principal conteúdo está no encontro com quem produz uvas e vinhos (Valduga; Minasse, 2018).

A Carta Europeia de Enoturismo (2015), define-o como o desenvolvimento das atividades turísticas, de ócio e tempo livre, dedicadas ao descobrimento e desfrute cultural e enológico da vinha, do vinho e seu território. O enoturismo se enquadra no segmento do turismo cultural, onde os visitantes não viajam apenas com o intuito de consumir vinho. Se esse fosse o único objetivo, os apreciadores da bebida não precisam se deslocar para degustá-la. Nesse contexto, considera-se que os destinos turísticos não são apenas funcionais, mas também proporcionam vivências e experiências (PÉREZ, 2009).

O enoturismo em países tradicionais produtores, sobretudo europeus, é uma atividade consolidada e ampla (Valduga, 2018). No Brasil, a atividade tem se aprimorado com o desenvolvimento da vitivinicultura, que assume diferentes formas ao se adaptar aos diversos biomas do seu extenso território. Esse processo é influenciado pela diversidade cultural dos grupos étnicos que colonizaram o país, tornando seu terroir único em cada região (FLORES, 2012). Em várias dessas

regiões, vinícolas atraem consumidores de vinhos interessados em vivenciar o ambiente onde a bebida é produzida.

A oferta enoturística no Brasil abrange destinos renomados, como o Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha e o Vale do São Francisco (COSTA, CAMELO, LINHARES, 2015), entre outros. Considerado patrimônio histórico-cultural do Rio Grande do Sul, o Vale dos Vinhedos está localizado no nordeste do Rio Grande do Sul, na região serrana do estado, abrangendo áreas dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Foi a primeira região brasileira a ser oficialmente reconhecida como Indicação Geográfica, sendo a mais importante para o enoturismo brasileiro (Freire, 2023).

A vitivinicultura no nordeste brasileiro está localizada na região do submédio do Vale do São Francisco, no Semiárido do Nordeste, abrangendo o oeste de Pernambuco e o norte da Bahia. A atividade se concentra nos municípios pernambucanos de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, e nos municípios baianos de Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá. Apesar de ser relativamente recente, tendo começado efetivamente na década de 1980 com a produção de vinhos (Valduga, 2018), a região se destaca pela produção de frutas refinadas e de alta qualidade, chegando à colher até duas safras por ano (EMBRAPA, 2021).

O enoturismo se desenvolve principalmente nos municípios de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco e Casa Nova, Estado da Bahia, onde estão sediadas as vinícolas da região. Destaca-se o passeio Vapor do Vinho, uma experiência de barco pelo Rio São Francisco que inclui atrações musicais e paradas para degustação. Além disso, há passeios de motos aquáticas que permitem apreciar a paisagem vitícola ao longo do trajeto (Valduga, 2018).

Outras regiões em que podemos destacar os aspectos da vitivinicultura e enoturismo são São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

São Paulo foi o Estado precursor da vitivinicultura no Brasil, entretanto, até a chegada dos imigrantes italianos no final do século XIX, a atividade estava estagnada, então, numa tentativa de reterritorialização e incentivados pelo Estado brasileiro com esse propósito, agricultores desenvolveram a vitivinicultura em fazendas, quintais e pequenas chácaras urbanas (Valduga, 2018).

Por isso, o enoturismo, na maioria de seus municípios é incipiente e não chega a configurar um destino consolidado, predominando a produção de uvas para

consumo in natura e exportação, sendo o município de São Roque, o único significativo para os padrões brasileiros, com uma demanda turística de 700 mil pessoas por ano. Em sua maioria são enoturistas que se deslocam em grandes grupos, de ônibus, e que fazem as visitas nas vinícolas e usufruem da gastronomia local, que tem como característica a produção de alcachofras (Valduga, 2018).

De volta ao Sul do País, no que pese ao Estado de Santa Catarina, a vitivinicultura de vinhos de qualidade é recente, e foi desenvolvida nos últimos 15 anos na Serra Catarinense e no meio oeste e oeste do estado. Nas três regiões, 22 vinícolas produzem vinhos e 14 delas atuam com atividades de enoturismo (Valduga, 2018).

A guisa de conclusão, acerca dos demais estados supramencionados, o fato é que nossos territórios/terroirs vitícolas estão ganhando visibilidade e reconhecimento.

O desenvolvimento das Indicações Geográficas de vinhos brasileiros, do Sul ao Nordeste, está colaborando para consolidar a viticultura nacional, dando uma maior expressão à diversidade de climas, solos, manejos da videira e práticas de vinificação. Como resultado, têm-se fortalecido e incrementado a qualidade da produção de vinhos do Brasil, num trabalho contínuo de descoberta e valorização das identidades e tipicidades dos produtos nos nossos diferentes “terroirs” (Pereira, 2020).

2.5 ASPECTOS TURÍSTICOS DA VITIVINICULTURA PARANAENSE

A vitivinicultura no Paraná seguiu o fluxo migratório interno brasileiro do final do século XIX, especialmente com a chegada de imigrantes italianos. Após um período de interrupção, a atividade foi retomada nos últimos 10 anos (Valduga, 2018).

Recentemente, a vitivinicultura no estado tem experimentado um crescimento significativo. Um dos resultados desse desenvolvimento foi a criação, em 2017, da Associação das Vinícolas do Paraná - VINOPAR, com o objetivo de promover a divulgação dos vinhos e das vinícolas associadas. Atualmente, a associação é composta por 13 vinícolas localizadas na região metropolitana de Curitiba, além do sul e sudoeste do estado (Vinopar, 2024).

O enoturismo no Paraná está se destacando com um terroir inovador e peculiaridades únicas, como o clima e o solo, que influenciam o sabor, a cor e o aroma dos vinhos finos produzidos na região (Santana, 2024).

A produção vinícola no Paraná abrange várias regiões, com destaque para o sul do estado, liderado por Bituruna, seguido pela região do sudeste tropeiro, o sudoeste paranaense e, mais recentemente, a região metropolitana de Curitiba. Novos projetos de cultivo de uvas viníferas surgem anualmente em todo o estado (Vinopar, 2024).

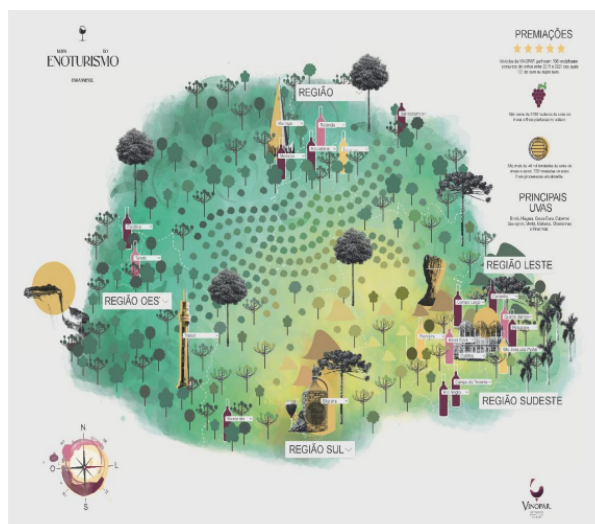
Embora a umidade excessiva e as frequentes chuvas não sejam ideais para a viticultura, esses desafios estão sendo gradualmente superados. Além disso, a opção de trabalhar com uvas de outras regiões do Paraná e de outros estados do sul do Brasil tem se mostrado uma alternativa viável. Apesar de serem projetos recentes, os resultados são surpreendentes, com vinhos de alta qualidade, estilo definido e bom potencial de guarda (Vinopar, 2024).

Um destaque particular é a uva aromática Casca Dura, cultivada em Bituruna. Esta variedade, resistente e produtiva, está bem adaptada ao solo e clima da região, resultando em vinhos brancos autênticos, frutados e intensos.

Atualmente, esses vinhos estão em processo de reconhecimento de indicação geográfica: Vinhos de Bituruna (Vinopar, 2024).

A oferta de enoturismo está concentrada predominantemente na Região Metropolitana de Curitiba, especialmente nos municípios de Balsa Nova, São José dos Pinhais, Colombo, Campo Largo, Piraquara e Quatro Barras (Freire, 2023).

Figura 1 - Mapa temático do enoturismo paranaense



Fonte: VINOPAR (2024).

Bituruna apresenta um grande potencial para o enoturismo, oferecendo a experiência da Rota do Vinho, que reúne pelo menos dez vinícolas dedicadas à produção artesanal e comercialização de vinhos e sucos (Nitsche, Neri, Pinheiro, 2014).

A região Oeste do Paraná destaca-se pela Vinícola Dezem, em Toledo, fundada em 2005, a vinícola familiar com vinhedos próprios e planejada para elaboração de vinhos originais que refletem o terroir da região de Toledo, no Paraná, combinada a um projeto arquitetônico inspirado nas vinícolas do velho mundo com vinhedos a vinícola oferece e-commerce e visitas guiadas com degustação de vinhos (Dezem, 2021).

No Sudoeste, a Vinícola Bettiatto, em Francisco Beltrão, fundada por imigrantes italianos, proporciona visitas guiadas, degustações e vendas de vinhos. Seu portfólio inclui espumantes Moscatel e Brut Rosé, vinhos finos e de mesa, além de suco de uva integral (Bettiatto, 2021).

Em Mariópolis, a Vinícola RH é conhecida pela produção de espumantes, recebe pequenos grupos para visitas guiadas, degustações e vendas. A vinícola possui uma área de 9,6 hectares, dos quais estão plantados em sua maioria mudas de uva branca Chardonnay de clones francês e italiano, e mudas da uva francesa Pinot Noir (Vinícola RH, 2021).

No Norte do estado, a Vinícola Casa Carnasciali, na Serra de Apucarana, oferece serviços enogastronômicos, incluindo bistrô e wine bar e degustação de vinhos complementados pela paisagem local (Vinícola Casa Carnasciali, 2024).

Em Bandeirantes, a Vinícola La Dorni adota uma arquitetura italiana medieval para armazenar vinhos e receber visitantes. Seu cardápio se destaca ao incluir o primeiro vinho sem álcool da América Latina, conta também com o vinho canônico (Vinícola La Dorni, 2024).

Contudo, existem outras regiões e vinícolas que produzem vinhos em pequena ou grande escala e estão em desenvolvimento. Com incentivos adequados ao turismo do vinho, é provável que, nos próximos anos, novas vinícolas se juntem às já existentes no segmento de enoturismo no Paraná.

2.6 REVITIS

O Revitis, ou Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense, é uma política pública criada em 2019 com o objetivo principal de estimular a produção de uvas e seus derivados no estado do Paraná.

Seu objetivo geral é estabelecer e difundir bases técnicas, legais e econômicas para o desenvolvimento e revitalização da viticultura e da agroindústria vitícola no estado.

Ademais, seus objetivos específicos são: revitalizar a viticultura no Paraná, promover a expansão da área com o cultivo da videira, coordenar a integração dos atores da cadeia produtiva da uva, estruturar a rede estadual de pesquisa para a vitivinicultura, promover capacitação técnica para produtores, fomentar assistência técnica, fortalecer a agroindústria vitícola, incentivar a inserção da uva e seus derivados nos mercados institucionais, estimular o consumo desses produtos, fortalecer os polos vitícolas existentes e impulsionar o turismo nas regiões produtoras de uva.

O programa ainda prevê a criação da Câmara Setorial em Viticultura para coordenar e articular as ações no setor. Entre as competências da Câmara estão: promover a revitalização e ampliação da cadeia produtiva da cultura da uva no estado, fortalecer e qualificar os processos de comercialização e acesso a mercados, realizar o cadastro dos vitivinicultores paranaenses, e elaborar material técnico para a produção da fruta e formalização das agroindústrias vitícolas.

Cumprir destacar que dentro do público alvo do programa estão mencionados os Vitivinicultores Paranaenses, tópico de estudo deste trabalho. Para quais são destinados os seguintes resultados esperados, dentro de 5 anos:

- a. Que o Paraná possua técnicos e produtores com conhecimento e experiência necessárias para orientar a revitalização e ampliação da vitivinicultura paranaense;
- b. Vitivinicultores organizados em nível de município, região e Estado, com articulação entre as diversas organizações da cadeia produtiva, inclusive consumidores;
- c. Cadeia da vitivinicultura organizada e competitiva, com foco mercadológico visando atingir novos mercados;

d. Roteiro turístico com atrativos da vitivinicultura visando fortalecer as propriedades rurais e a atividade vitivinícola.

Com base nestes, é esperado que se tenham planos de ações desenhados para cumprir com os objetivos delimitados, desta forma, o REVITIS propõe diversas ações estratégicas, por meio das quais se pretende alcançar tais objetivos. Desta forma, o programa se divide em quatro eixos, com ações específicas, são eles: (1) Pesquisa e Produção, (2) Comercialização, (3) Agroindústria e (4) Turismo. Daremos importância ao quarto eixo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem como objetivo compreender como políticas públicas podem fomentar o desenvolvimento turístico em regiões vinícolas emergentes, contribuindo para o avanço do enoturismo no Paraná, a partir deste objetivo foi examinada a política pública "Programa de Revitalização da Vitivinicultura Paranaense - REVITIS" e seus impactos no desenvolvimento do enoturismo no Paraná, desde sua implementação até o momento atual.

Foi realizada uma análise focada em três questões principais:

- 1) Caracterizar o eixo turístico do REVITIS;
- 2) Entender como o programa busca promover o enoturismo no Estado e avaliar o cumprimento dessas propostas;
- 3) Examinar as ações do programa voltadas para o enoturismo sob a ótica de vitivinicultores, técnicos e gestores municipais das áreas de agricultura e turismo.

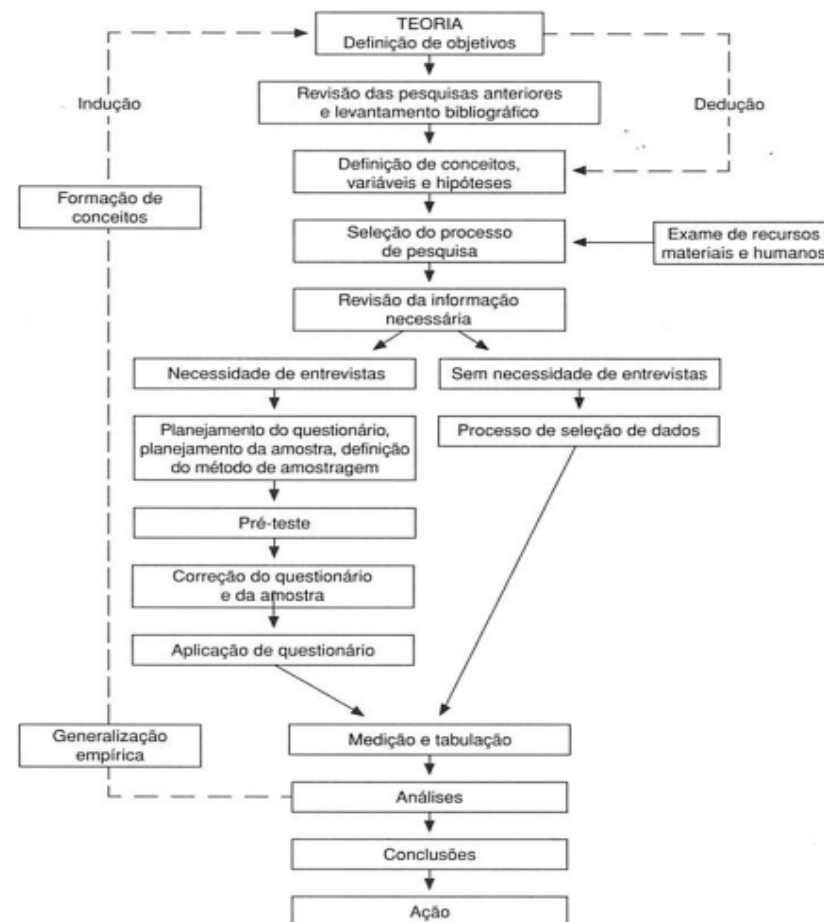
A pesquisa concentra-se em estudar a política pública desde sua criação, em 2019, até 2024. Para isso, foram adotados diversos instrumentos metodológicos, apresentados neste capítulo, que incluem a revisão teórica em diferentes bases de dados, o método de investigação utilizado e a descrição do universo da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia é definida como “o conjunto de etapas e regras que mostram o procedimento para realizar uma pesquisa, a fim de que seus resultados sejam aceitos na comunidade científica” (Bunge, 1990).

O processo de pesquisa em Turismo é o conjunto de métodos empíricos-experimentais, procedimentos, técnicas e estratégias a fim de obter conhecimento científico, técnico e prático dos fatos e da realidade turística de determinado ambiente. Para exemplificar isso, Sancho (1998), elabora um quadro esquematizando este processo:

Quadro 1: Processo de pesquisa em Turismo



Fonte: Sancho (1998)

Para estudar a política pública REVITS no âmbito do enoturismo do Estado e responder às questões da pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, vez que, viu-se necessário a coleta de dados verbalizada do público alvo e os pesquisadores do REVITS, através da aplicação de entrevistas, para entender de que forma a política pública estudada vem sendo implementada no eixo turístico do Paraná.

Os entrevistados, foram selecionados através da relevância e proximidade com o tema, em que se chegou a três importantes nomes ligados ao REVITS, o Secretário Executivo da Vinopar, a Coordenadora estadual de turismo rural do IDR – Paraná, e o Coordenador da Câmara Setorial do REVITIS.

O método qualitativo de pesquisa é descrito por Minayo (2001) como o que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

Ainda, de acordo com Boas (1943), a principal característica da abordagem qualitativa na coleta e análise de dados é que: “se nossa proposta é entender as opiniões das pessoas, toda a análise da experiência deve ser baseada nos conceitos delas, não nos nossos” (BOAS, 1943 citado por GAYLE, 2001, p. 158).

O desenho desta pesquisa está estruturado a partir da temática do enoturismo e o desenvolvimento da vitivinicultura em razão da Política Pública REVITS.

3.1.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica foi conduzida com base em livros, dissertações, teses e a análise de produções científicas relevantes. Foram consultados artigos acadêmicos para estabelecer a fundamentação teórica e fomentar a discussão sobre as políticas públicas, suas conexões com a vitivinicultura e o enoturismo, tanto globalmente quanto, de forma mais específica, no Brasil.

A coleta de dados ocorreu entre março e abril de 2024, com foco em artigos e obras revisadas por pares, publicados entre 2000 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, acessados por meio de bases de dados acadêmicas como Scielo, os sites oficiais dos programas mencionados, como REVITS e Vinopar, e a biblioteca física e virtual da Universidade Federal do Paraná.

O primeiro critério de seleção consistiu na leitura dos títulos dos materiais encontrados, eliminando-se os artigos duplicados. Em seguida, procedeu-se à análise dos títulos, priorizando aqueles que possuíam uma relação direta com o tema investigado. Após essa triagem inicial, foi realizada a leitura completa dos materiais selecionados, sendo que apenas as publicações mais relevantes foram utilizadas para embasar o referencial teórico deste estudo, junto a outras obras importantes.

3.1.2 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi desenvolvida com base no Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense (REVITIS), instituído em 2019. Este programa foi implementado com o objetivo de estimular o crescimento da produção de uvas e seus derivados no estado do Paraná, promovendo tanto o fortalecimento da cadeia produtiva quanto o desenvolvimento do enoturismo como um segmento econômico emergente.

O estudo explorou documentos oficiais, como legislações, portarias, e relatórios governamentais, além de publicações técnicas e acadêmicas relacionadas ao REVITIS. Foram analisados materiais disponíveis em fontes como o site oficial da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), que oferece informações sobre as ações, metas e resultados do programa, bem como outras bases públicas e privadas ligadas ao setor vitivinícola.

Essa etapa teve como finalidade compreender os fundamentos, os objetivos estratégicos e as iniciativas previstas pelo programa, além de investigar como essas ações contribuíram para o desenvolvimento do enoturismo no Paraná. A pesquisa documental permitiu mapear as políticas públicas e identificar as principais diretrizes que orientaram os agentes do setor, oferecendo embasamento para correlacionar o planejamento teórico com as transformações observadas na prática durante o período de 2019 a 2024.

O material coletado subsidiou a análise qualitativa deste trabalho, permitindo identificar os impactos das ações do REVITIS no fortalecimento do enoturismo e na consolidação do Paraná como destino enoturístico em desenvolvimento no Brasil.

3.2 ENTREVISTAS

Como Alonso (2016) aponta, as entrevistas são uma ferramenta eficaz para construir uma narrativa, permitindo a coleta de experiências, sentimentos e valores dos entrevistados. Gil (2022) define quatro modalidades de entrevistas: 1) aberta, com questões e sequência predeterminada, mas flexibilidade nas respostas; 2) guiada, com formulário e sequência que se ajustam ao curso da entrevista; 3) por pautas, orientadas por tópicos que o entrevistador explora; e 4) informal, semelhante a uma conversa.

A técnica de coleta de dados desta pesquisa foi a entrevista semiestruturada, uma modalidade guiada conforme Gil (2022), que combina um questionário previamente elaborado com perguntas abertas para que os interlocutores possam responder de maneira mais ampla. As entrevistas foram conduzidas com figuras centrais no contexto do enoturismo paranaense:

Quadro 2: Perfil dos entrevistados

Identificação	Entrevistado	Ocupação
A	Wagner Otávio Gabardo	Secretário Executivo da Vinopar
B	Terezinha Busanello Freire	Coordenadora estadual de turismo rural do IDR - Paraná
C	José Luiz Marcon Filho	Coordenador da Câmara Setorial do REVITIS

Fonte: Dados da pesquisa, (2024)

As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas virtualmente por meio de videoconferência, facilitando o contato com os participantes em horários flexíveis. Durante as entrevistas, as conversas foram gravadas para garantir a precisão na coleta dos dados. Posteriormente, foi realizada a transcrição das falas para análise detalhada. Além das entrevistas, foram utilizados documentos como relatórios do REVITIS, atas e materiais disponíveis no site do programa para complementar a pesquisa.

O roteiro das entrevistas foi estruturado em três partes: 2) percepção sobre as políticas públicas relacionadas ao enoturismo no Paraná; e 3) contribuições e sugestões para melhorar o impacto dessas políticas no setor. A coleta de dados ocorreu entre 11 e 22 de e novembro de 2024. O roteiro de entrevistas está no APÊNDICE 1.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 EIXO TURÍSTICO DO REVITIS

O segmento do Turismo abrangido especificamente com o REVITIS, trata-se do Turismo Rural, definido pelo Ministério do Turismo (MTUR) como o “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção

agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Este, que por sua vez, constitui uma atividade geradora de desenvolvimento econômico para o meio rural por si só e através da dinamização de outras atividades econômicas que dele derivam.

O enoturismo, por sua vez, envolve tanto os tratos culturais e a colheita (vindima) como a degustação do vinho, de forma que gera a oferta turística nas regiões produtoras.

O programa que tem como objetivo desenvolver o enoturismo e a vitivinicultura do Paraná, destaca que o Estado vem se destacando pela produção de uva e de vinho, de tal forma que se vê necessário a elaboração de um trabalho para inventariar os produtores e produtos existentes e formatar o conteúdo para que possa chegar ao público final, valorizando desde a produção até o consumo.

De maneira mais específica, o REVITIS objetiva promover o desenvolvimento rural através da estruturação de roteiros turísticos em propriedades que desenvolvem processos produtivos da vitivinicultura, bem como formatar roteiros turísticos envolvendo as propriedades com vitivinicultura; estimular o desenvolvimento do enoturismo; fortalecer ações para o desenvolvimento da gastronomia rural utilizando produtos da agroindústria, harmonizando com uvas, vinhos e seus derivados; Incentivar através do paisagismo o embelezamento das propriedades envolvidas nos roteiros de vitivinicultura.

E, neste sentido, propõe as seguintes metas para serem cumpridas:

1. Formatar 20 roteiros de turismo rural em atividades de viticultura;
2. Realizar 07 eventos técnicos regionais em enoturismo;
3. Identificar, criar e revitalizar a festa da uva e ou do vinho nos municípios produtores.
4. Capacitar técnicos e produtores na criação, gestão e divulgação dos roteiros turísticos.
5. Organizar cursos técnicos para agricultores em formação de guias turísticos e condutores locais para receptivo dos roteiros;
6. Participar anualmente em eventos estaduais e nacionais de turismo para divulgação dos roteiros.

E, como forma de colocar em prática as metas estabelecidas, o programa desenha um plano de ação dividido em:

1. Plano de ação para pesquisa;
2. Plano de ação para assistência técnica;
3. Fomento para viticultura em agricultores familiares.

Quanto ao primeiro tópico, o Plano de ação para pesquisa, pretende elaborar a Rede Estadual de Pesquisa em Viticultura, congregando pesquisadores que atuam direta e indiretamente com a cultura da videira, através de parcerias e convênios entre Estado, universidades e outras instituições, sejam elas públicas ou privadas, para fins de alinhar os trabalhos de pesquisa visando atender às demandas do programa, bem como buscar recursos para a implementação dos trabalhos.

Ainda, o mesmo tópico, busca implantar viveiro de material propagativo de videira com qualidade genética e fitossanitária, em área pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAREMATER, contribuindo, dessa forma, para a formação de pomares uniformes e produtivos, através da melhoria do padrão genético e fitossanitário das mudas produzidas.

Com a implantação deste viveiro também será possível fornecer material propagativo para a implantação de Unidades Referência e a produtores cadastrados no REVITIS, além de disponibilizar material propagativo, cultivares copa e porta-enxerto de videira, para a realização de pesquisas pela rede Paranaense de pesquisa em Viticultura.

Bem como, será possível identificar combinações de copa/porta-enxerto que se adaptem às diferentes condições edafoclimáticas do Estado, que como já discutido anteriormente, é um tanto desfavorável para produção de uvas.

E por fim, o plano de ação para pesquisa, busca soluções tecnológicas para que visem aumentar a produtividade e qualidade da uva, como por exemplo, a instalação de Unidades de Teste e Validação (UTV).

Já quanto ao plano de ação para assistência técnica, esta visa desenvolver o produtor rural, contribuir com a resolução de problemas, aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar condições naturais de produção e gerar maior lucratividade. Portanto, faz uma relação entre a demanda de técnicos e os técnicos especialistas em vitivinicultura e técnicos monitores em fruticultura, com fim de articular com os

parceiros do REVITIS a contratação ou disponibilização de técnicos para atuarem com viticultura nos municípios.

O Programa também entende que os profissionais do sistema da agricultura e parceiros do programa necessitarão de capacitação técnica especializada, atualização e aperfeiçoamento pedagógico, através de cursos, visitas e eventos técnicos, visando qualificação em vitivinicultura, para que possam realizar, com qualidade, uma nova proposta de assistência técnica aos viticultores e suas organizações.

Para esta especificação, o programa propõe a criação de cursos em temas específicos da viticultura, realização de estágio na área e um kit de materiais para os profissionais.

4.2 COMO ESTAS PROPOSTAS VÊM SENDO CUMPRIDAS

Os entrevistados avaliam como o Programa REVITIS tem impactado na vitivinicultura e no enoturismo no Paraná.

O entrevistado A, entende que, mesmo após quatro anos do Programa, ainda é muito cedo para começar a medir os impactos do REVITS nas vinícolas associadas, entretanto, a partir do projeto realizado em colaboração com a entrevistada B, nomeado de Rota Uva e Vinho¹, será possível começar a presenciar estes impactos.

Foram apontados alguns critérios para a inclusão de associados no programa mencionado, entre eles a necessidade de que possuam ao menos um vinho produzido com uvas cultivadas no Paraná, e por outro lado, deve oferecer uma experiência de enoturismo.

Aponta o entrevistado, uma necessidade de esclarecimento quanto ao que constitui uma experiência de enoturismo.

Reitera-se que se entende enoturismo como um segmento do turismo que pressupõe o deslocamento de pessoas, motivadas pelas propriedades organolépticas e por todo o contexto da viticultura, da elaboração e degustação de

¹ A iniciativa tem como objetivo conectar as propriedades produtoras de uva e vinho, criando um produto turístico que permita posicionar o Paraná como um destino de enoturismo. (<https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Produtores-podem-se-inscrever-para-participar-da-Rota-Uva-e-Vinho-Parana>)

vinhos; bem como a apreciação das tradições, cultura, gastronomia e originalidade dos territórios do vinho. É um fenômeno dotado de subjetividade em que o principal conteúdo está no encontro com quem produz uvas e vinhos (Valduga; Minasse, 2018)

Em seu entendimento, o enoturismo parte de simplesmente manter seu espaço aberto para visitas, mesmo que não possua uma visita guiada, mas que atenda os clientes e ofereça uma degustação. Já o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ- IDR, tem uma visão mais rebuscada do enoturismo, exigindo das vinícolas no mínimo, uma visita guiada às instalações para que se configure que está vinícola oferece uma experiência enoturística.

Destaca a discrepância entre os perfis das vinícolas associadas aos programas, fazendo uma distinção entre as grandes produtoras e as grandes engarrafadoras, como por exemplo as vinícolas de grande porte, mas que possuem grande parte ou 100% de seus vinhos produzidos a partir de uvas cultivadas em outros estados, e em contrapartida, as vinícolas menores, mas que possuem um terroir legítimo paranaense.

Ao ser questionado sobre a influência do programa na integração entre os produtores de uva e os agentes de turismo, tem uma visão positiva, e menciona a capacitação realizada pelo programa com foco nos produtores de uva, como um ponto crucial nesta integração. Mas também não aponta dados precisos para poder medir o impacto desta capacitação no desenvolvimento da relação turismo-produção de vinho.

Esta capacitação diz respeito ao plano de ação para a assistência técnica proposto pelo REVITS, com o objetivo de desenvolver o produtor rural, ajudar na resolução de desafios, aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar as condições naturais de produção e gerar maior lucratividade. Dessa forma, estabelece uma conexão entre a demanda por técnicos e os especialistas em vitivinicultura e técnicos monitores em fruticultura, a fim de coordenar com os parceiros do REVITS a contratação ou disponibilização de técnicos para atuar na viticultura nos municípios.

Neste sentido, o Programa reconhece a necessidade de capacitação técnica especializada, atualização e aprimoramento pedagógico para os profissionais do setor agrícola e os parceiros do programa, por meio de cursos, visitas e eventos técnicos, com foco na qualificação em vitivinicultura, para que possam oferecer uma

nova abordagem de assistência técnica de qualidade aos viticultores e suas organizações. Para atender a essa demanda, o programa propõe a criação de cursos em temas específicos da viticultura, a realização de estágios na área e a disponibilização de um kit de materiais para os profissionais.

Em contraponto, a entrevistada B, possui uma visão mais otimista quanto ao impacto do REVITS nestes quatro anos, alegando que o mesmo trouxe, mesmo que minimamente, a visibilidade e fomento almejados, através da verba arrecadada para os agricultores, a qual se deu na monta de R\$ 25 mil para cada vinícola associada, recurso esse a fundo perdido² para ser usado na formação e estrutura dos vinhedos, ou, na atividade turística, além da assistência técnica e assessoramento fornecidos pelo programa. Afirma, que em algumas regiões há um apelo mais forte, vez que há um apoio da própria Prefeitura da cidade, criando uma rede de apoio.

Neste condão, para que seja visível a possível transformação do Paraná num polo vitivinícola é necessária discutir as políticas públicas com os governos municipais para que mais recursos sejam injetados.

O fomento inicial do Programa foi a produção da uva e vinho, uma vez observado do déficit do Estado na produção e colheita de uva, conforme destacado previamente, o papel da Política Pública é justamente a forma com que o governo encontra de suprir uma deficiência econômica adotando ações e estratégias a partir das quais se desenvolvem as relações entre Estado, economia e sociedade (Nadal, 2021).

Somente a partir de 2023 começaram a surgir eventos e produções focados na projeção de um projeto turístico, oportunidade em que comenta sobre a Rota Uva e Vinho, para cadastramento das propriedades que produzem uva e vinho, e queiram trabalhar com enoturismo, com fito de informar o turista, e proporcionar novas atividades que vão além do consumo do vinho, como por exemplo, o “colha e o pague”. O programa também visa a elaboração de um rótulo dos vinhos produzidos com a uva paranaense, a fim de criar um apelo pelo terroir local.

Destaca que uma das ações que foram fruto do REVITS, é a promoção do vinho paranaense, realizada pelo IDR em eventos, principalmente de cultura e

² Os recursos, que são classificados como “fundo perdido” quando o governo disponibiliza dinheiro sem que haja a devolução no futuro aproximá-las.

gastronomia, que difundiram o vinho local, mesmo que seja impossível mensurar o impacto produzido por esta atividade.

Na opinião pessoal da entrevistada, acredita que há uma lacuna na integração entre os produtores e os agentes turísticos, uma vez que estes primeiros possuem pouquíssimo conhecimento acerca do eixo turístico, por exemplo a regionalização do turismo, a governança, etc. E nesta mesma senda, os agentes turísticos eram leigos quanto ao próprio REVITS. Ou seja, foi percebida uma desconexão entre as áreas, que o REVITS propõe interligar, e que o papel da Política Pública, é justamente aproximá-las.

A entrevistada B aponta também, no que se refere à percepção da eficácia do programa pelos seus atingidos, é que a principal forma com que está se dá, é através do fomento por recurso financeiro, e que este possui uma régua de quem ele atinge, e que este não está atingindo vinícolas maiores, sendo mais “benéfico” para um recorte de agricultores menores que realmente necessitam do apoio governamental a fundo perdido, e que nesta vênica, uma vez que você não acessa um recurso, você não o vê como um benefício.

Como fruto desta convicção, a entrevistada B acredita ser necessária a ampliação do fomento financeiro, com linhas de crédito acessíveis, isto também significa ter aporte financeiro para as vinícolas maiores que não se sentem beneficiadas pelo programa.

Concorda com o entrevistado A, vez que ambos apontam a possibilidade de incentivo fiscal pelo programa, como por exemplo a redução da carga tributária do vinho paranaense, tornando-o mais acessível para uma parcela maior da população.

Saindo do ponto de vista dos colaboradores do programa, e entrando em contato diretamente com um dos beneficiados/atingidos pelo mesmo, vez que o entrevistado C, trata-se de consultor em viticultura e sistemas agroflorestais, coordenador da câmara setorial do Paraná.

O entrevistado C enxerga o REVITS como uma política essencial para resgatar a viticultura no Paraná, vez que buscou alicerçar o conhecimento técnico, uma demanda social e uma história do Estado como produtor de uva, criando um vínculo entre o produtor e os turistas.

Aponta que todas as frentes que seriam fomentadas pelo Programa apontaram sua demanda, para que o mesmo conseguisse elaborar suas propostas

de ação, ou seja, o déficit que a Política Pública buscou diminuir foi justamente apontado pelas vinícolas, o que torna as propostas de ação ainda mais efetivas.

Dentro destas propostas, aponta como as mais efetivas para o desenvolvimento do enoturismo, a já mencionada elaboração e consolidação da Rota Uva e Vinho, realizada através das pessoas envolvidas com o REVITS, como por exemplo, o IDR e a VINOPAR.

O REVITS também conseguiu analisar as macrorregiões, onde estão as uvas do Estado, quem são seus produtores e que tipo de vinho produzem a partir das uvas, através do mapeamento das regiões produtoras, saber unir a conversa entre indústria o produtor, saber onde está a matéria prima e onde está quem a processa.

Aponta, em concordância aos demais entrevistados, a importância da capacitação realizada com os produtores, ainda mais por estar no papel do produtor, aponta que conseguiu uma conexão entre sua área e a área do turismo, tendo acesso às pessoas que fomentam o turismo.

Mas acredita que o programa poderia trazer ainda mais visibilidades às pequenas vinícolas paranaenses que são produtoras de sua própria uva, uma vez que teve seu foco muito mais voltado para a produção da uva, mas peca na sua comunicação com o turista, apontando a Rota da Uva e Vinho, como forma de sacramentar o REVITS dentro do Turismo.

E sugere que o programa adote estratégias mais agressivas quanto a seu desenvolvimento do eixo turístico.

Não só isso, mas vê uma dificuldade das próprias vinícolas a adotarem o programa, uma vez que o IDR promoveu diversos eventos para expandir o vinho paranaense, e as vinícolas não foram tão aderentes, de forma que as vinícolas também precisam ser mais ativas em um movimento junto ao programa e não dependente dele.

Em conjunto, as respostas dos entrevistados revelam um panorama multifacetado sobre os impactos do Programa REVITS na vitivinicultura e no enoturismo no Paraná. Embora haja um consenso sobre os avanços do programa, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica dos produtores e à visibilidade do vinho paranaense, as avaliações variam quanto à efetividade dessas ações. O Programa, ao longo de seus quatro anos de implementação, tem mostrado resultados promissores, como o fomento financeiro para as vinícolas, a criação de

iniciativas como a Rota Uva e Vinho, e o mapeamento das regiões produtoras. No entanto, persiste uma lacuna na integração entre os produtores de uva e os agentes turísticos, o que limita o potencial de desenvolvimento do enoturismo no estado.

A falta de uma comunicação mais eficaz entre esses dois setores, aliada à necessidade de maior envolvimento das vinícolas, são apontadas como desafios a serem superados. A percepção de que o REVITS tem sido mais benéfico para as vinícolas menores e menos beneficiadas revela a necessidade de ampliar o fomento financeiro e tornar as políticas públicas mais inclusivas. Além disso, a clareza em relação ao conceito de enoturismo e a definição das ações voltadas a esse segmento ainda são questões a serem aprimoradas.

Em suma, embora o programa tenha dado passos importantes no fortalecimento da vitivinicultura e do enoturismo no Paraná, é fundamental um maior engajamento dos atores envolvidos, tanto na esfera pública quanto privada, para consolidar as bases para um desenvolvimento mais robusto e sustentável desse setor. A continuidade das ações e a implementação de novas estratégias para integrar a viticultura ao turismo e ampliar a visibilidade do vinho paranaense são essenciais para transformar o estado em um polo vitivinícola reconhecido nacionalmente.

5 PROJETO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO

O presente Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo tem como objetivo, em alinhamento com as metas estipuladas pelo Programa REVITIS, desenvolver um curso de capacitação técnica para vinícolas. O projeto está integrado ao eixo estratégico de desenvolvimento do enoturismo no Paraná, com foco específico nas seguintes metas:

- Capacitar técnicos e produtores para a criação, gestão e promoção de roteiros turísticos;
- Organizar cursos técnicos voltados a agricultores, com formação de guias turísticos e condutores locais para o acolhimento e atendimento nos roteiros enoturísticos.

O projeto visa capacitar profissionais das vinícolas paranaenses para aprimorar a hospitalidade, desenvolver competências no enoturismo e criar experiências inovadoras e competitivas em regiões vitivinícolas.

5.1 DESCRIÇÃO DO CURSO E ESTRUTURA

O curso será dividido em três módulos com uma carga horária total de 90 horas, sendo 30 horas presenciais e 60 horas a distância, ministradas virtualmente, distribuídas em aulas de 3h por dia, 5 dias na semana, totalizando 30 dias de curso.

Quadro 3: Descrição do curso

Módulo	Descrição	Carga Horária	Formato
Módulo 1:	Focado em desenvolver habilidades	30h	15h presencial /

Atendimento e Hospitalidade	de atendimento e hospitalidade específicas para o setor vinícola, buscando melhorar a experiência dos visitantes.		15h online
Módulo 2: Introdução ao Enoturismo	Apresenta os conceitos básicos de enoturismo, tendências, e o papel do turismo nas regiões	30h	15h presencial / 15h online
Módulo 3: Desenho de Experiências Enoturísticas	Ensina estratégias para criar experiências imersivas em vinícolas, incluindo roteiros, harmonizações, e eventos personalizados.	30h	15h presencial / 15h online

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

5.2 CUSTOS RELACIONADOS AO CURSO

O custo do curso foi baseado em valores de mercado no ano de 2024, levando em consideração a hora aula dos professores e a carga horaria das aulas. Não será desembolsado orçamento para locação, pois 60 horas da carga horaria será online, e o local usado para ministrar as aulas presenciais poderá ser cedido através de parcerias.

Quadro 4: Orçamento Detalhado

Módulo	Horas	Valor (Hora/Aula)	Total
Módulo 1: Atendimento e Hospitalidade	30h	R\$ 25,00	R\$ 750,00
Módulo 2: Introdução ao Enoturismo	30h	R\$ 25,00	R\$ 750,00
Módulo 3: Desenho de Experiências Enoturísticas	30h	R\$ 25,00	R\$ 750,00
Total			R\$ 2.250,00

5.3 COMO O PROJETO IMPACTA O REVITIS

O projeto de capacitação técnica descrito está diretamente alinhado aos objetivos do Programa REVITIS, contribuindo para o desenvolvimento do enoturismo no Paraná. Primeiramente, ele atende à meta de profissionalizar o setor ao capacitar técnicos, agricultores, e produtores para a criação e gestão de roteiros turísticos, agregando valor às vinícolas locais. A formação de guias turísticos e condutores locais promove uma abordagem mais profissional no acolhimento dos visitantes, elevando o padrão de hospitalidade e, conseqüentemente, a satisfação dos turistas.

Além disso, ao oferecer conhecimentos específicos sobre enoturismo e técnicas de desenho de experiências enoturísticas, o projeto amplia a competitividade das vinícolas paranaenses no mercado. Isso fortalece as regiões vitivinícolas como destinos turísticos diferenciados, fomentando o crescimento econômico local, gerando emprego e renda, e consolidando o Paraná como referência nacional no enoturismo. Em última análise, o projeto promove a integração de práticas de turismo sustentável e inovador, potencializando o impacto positivo do REVITIS na valorização cultural e econômica do setor vitivinícola estadual.

5.4 CUSTOS RELACIONADOS AO CURSO

O curso de capacitação técnica para vinícolas representa uma iniciativa estratégica dentro do Programa REVITIS, unindo a qualificação profissional ao fortalecimento do enoturismo no Paraná. Com um formato híbrido, acessível e baseado em práticas contemporâneas, o projeto aborda de maneira estruturada os principais desafios enfrentados pelas vinícolas, desde o atendimento ao cliente até a criação de experiências imersivas e diferenciadas.

Ao alinhar-se aos objetivos do REVITIS, o projeto contribui para transformar a vitivinicultura paranaense em uma atividade mais profissionalizada e atrativa, tanto para visitantes quanto para investidores. A capacitação proporcionada pelo curso tem o potencial de não apenas aprimorar a qualidade das visitas às vinícolas, mas também de consolidar o Paraná como um destino de referência no enoturismo. Assim, o projeto reafirma a importância de ações integradas entre políticas públicas

e iniciativas privadas para o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor turístico.

6 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo proporcionou uma análise detalhada do Programa de Revitalização da Vitivinicultura Paranaense (REVITIS) entre os anos de 2019 e 2024, investigando como o programa busca preencher a lacuna existente entre a produção de vinho no Paraná e o crescimento do enoturismo no estado. A análise foi fundamentada na leitura da política pública e nas entrevistas realizadas com os principais envolvidos no REVITS, que foram selecionados devido ao seu vínculo com o programa.

Essa análise é de grande relevância, pois o Paraná enfrenta um déficit na produção de uvas e na expansão de seu terroir, questões que o programa REVITIS visa corrigir. No entanto, observa-se a necessidade de uma maior divulgação do programa, pois nem todos os seus beneficiários se reconhecem como impactados por suas ações. Além disso, é urgente a adoção de uma abordagem mais agressiva e imediata para a execução das ações previstas pelo projeto.

No âmbito acadêmico, percebe-se também a carência de pesquisas que abordem a análise de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da vitivinicultura. Embora existam políticas nesse sentido, elas ainda são pouco divulgadas e exploradas.

Dessa forma, a pesquisa realizada dentro do contexto do REVITS revela o esforço significativo para impulsionar a vitivinicultura no Paraná, integrando-a ao enoturismo e ao desenvolvimento econômico regional. O programa tem promovido a produção de uvas no estado e a criação de uma rede de roteiros turísticos que envolvem as propriedades vitivinícolas, incentivando o turismo rural e valorizando o patrimônio cultural e natural das comunidades locais. Para isso, o REVITS implementa metas concretas, como a criação de roteiros turísticos, a realização de eventos técnicos e a capacitação de produtores e técnicos, com o objetivo de estruturar a vitivinicultura como uma atividade que gera desenvolvimento econômico, tanto diretamente quanto por meio da dinamização de outras atividades complementares, como a gastronomia rural.

Essas metas estipuladas pelo programa foram analisadas na prática por meio das entrevistas com figuras-chave no desenvolvimento do REVITS. Os entrevistados apontaram que o programa tem incentivado a produção de uvas no Paraná, por meio de recursos financeiros e técnicos, e tem sido fundamental para aproximar os produtores de uvas dos agentes turísticos, especialmente por meio da capacitação técnica. Projetos como a Rota Uva e Vinho estão agora em andamento, com o objetivo de fomentar o enoturismo, mapeando as vinícolas que oferecem uma experiência turística junto à produção de vinho. Contudo, sugerem melhorias no programa, como o aumento da oferta de crédito para que todos os beneficiários se sintam abrangidos e o incentivo para que mais vinícolas adiram às atividades propostas pelo REVITS, além de ações mais agressivas voltadas para o turismo.

Como sugestão para a evolução futura desta pesquisa, propõe-se a criação de um curso de capacitação alinhado às metas do REVITIS, integrado ao eixo estratégico de desenvolvimento do enoturismo no Paraná. Este curso teria como foco a capacitação de técnicos e produtores para a criação, gestão e promoção de roteiros turísticos, além de cursos específicos para agricultores, com a formação de guias turísticos e condutores locais, para garantir o acolhimento e atendimento de qualidade nos roteiros enoturísticos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: Métodos de Pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP: São Paulo, 2016.

ALVES, V. J. R.; SANTOS, A. S.; PALHARES, C. M.; ZINDEL, M. T. L. Análise bibliométrica das publicações científicas sobre enoturismo em periódicos brasileiros de turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, v. 11, n. 2, fevereiro 2024. DOI: 10.26512/rev.cenario.v11i2.51583.

ANTONIO CARLOS TORRENS. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar, 2013 - A fim de tornar evidente o que são políticas públicas, para o que servem, e como podem sanar os pontos controvertidos do desenvolvimento de uma prática econômica, neste caso, do enoturismo.

BARCELLOS, A. P. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 240, p. 83-103, abr./jun. 2005.

BERNIER, Enrique Torres; VALDUGA, Vander; GABARDO, Wagner Otavio; GNDARA, José Manoel Gonçalves. Enoturismo na região metropolitana de Curitiba: realidades e desafios de um novo território do vinho. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*, v. 18, n. 1, p. 39-56, 2020.

BORTOLETTO, A. M.; HUNOFF, T. S.; ALCARDE, A. R. Processos de vinificação para a obtenção de vinhos de qualidade no Brasil. *Visão Agrícola*, n. 14, p. 86-90, jun. 2021.

BITTENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Políticas públicas de Governo e de Estado – uma distinção um pouco complexa: necessidade de diferenciação entre modelos decisórios, arranjos institucionais e objetivos de políticas públicas de Governo e Estado. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 631-667, set./dez, 2021. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v12i3.28105

BRASIL. Ministério da Economia. Avaliação de Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BUNGE, Mario. La ciencia, su método y su filosofía. Siglo XXI: Buenos Aires, Argentina, 1990.

CELLA, Daltro; THEODORO, Carolina Gomes; PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pinsetta; MALAGOLLI, Guilherme Augusto. A vitivinicultura brasileira e suas dificuldades com a concorrência dos vinhos estrangeiros. Recebido em:

12/09/2020. Aprovação final em: 05/11/2020. DOI: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2021.v24i1.739>.

COSTA, Ewerton Reubens Coelho; CAMELO, Priscila Medeiros; LINHARES, Thereza Vacnia Cartaxo De Arruda. Os contributos do mercado de vinhos e do enoturismo para o fortalecimento do turismo no Brasil. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, n. 19, 2015.

FLORES, M. A. D.; FLORES, A. Diagnóstico do enoturismo brasileiro: um mercado de oportunidades. SEBRAE: Brasília, DF; IBRAVIN: Bento Gonçalves, RS, 2012.

FREIRE, Terezinha Busanello. Análise das Políticas Públicas para o Enoturismo no Paraná - Análise e conhecimento de Políticas Públicas fomentadoras do enoturismo, com destaque no REVITIS.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 73-100, jun. 2000.

GABARDO, Wagner Otavio. “A paisagem sensível do enoturismo: uma abordagem fenomenológica”, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61378>.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HESSE, Konrad. *Die Normative Kraft Der Verfassung*. Em tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Editora S.A. Fabris, 1991.

JENNINGS, Gayle. Tourism research. Queensland: John Wiley & Sons, 2001.

LOTTA, Gabriela (Org.). *Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019. 324 p. ISBN 978-85-256-0123-0. Disponível em: www.enap.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2024.

MCGOVERN, P. E. *Ancient Wine: The Search for the Origin of Viniculture*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

NADAL, K.; KUASOSKI, M.; MASCARENHAS, L. P. G.; MAGANHOTTO, R. F.; DOLIVEIRA, S. L. D. Políticas públicas ambientais: uma revisão sistemática. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 12, n. 1, p. 680-690, 2021. DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.001.0054.

NITSCHKE, L. B.; NERI, L. de F.; PINHEIRO, Z. F. O potencial de Bituruna para o enoturismo, no Estado do Paraná, Brasil. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 542-553, jul. 2014. Dossiê sobre Enoturismo.

OIV. State of the world vine and wine sector in 2023. Abril 2024. Disponível em: https://www.oiv.int/sites/default/files/documents/OIV_STATE_OF_THE_WORLD_VINE_AND_WINE_SECTOR_IN_2023_0.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

OLIVEIRA, Paulo Victor Poncio de. Complexidade das políticas públicas - reflexões ontológicas e epistemológicas no campo educacional. *ENTRELETRAS*, Araguaína/TO, v. 8, n. 1, jan./jun. 2017.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense (REVITIS). Curitiba: SEAB, 2023.

PEREIRA, Giuliano Elias; TONIETTO, Jorge; ZANUS, Mauro Celso; SANTOS, Henrique Pessoa dos; PROTAS, José Fernando da Silva; MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. Vinhos no Brasil: contrastes na geografia e no manejo das videiras nas três viticulturas do país. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2020. 22 p. (Documentos online, 121). ISSN 1808-4648. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 18 jul. 2024.

PEREIRA, G. E.; TONIETTO, J.; ZANUS, M. C.; SANTOS, H. P. dos; PROTAS, J. F. da S.; MELLO, L. M. R. de. Vinhos no Brasil: contrastes na geografia e no manejo das videiras nas três viticulturas do país. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2020. 22 p. il. color. (Embrapa Uva e Vinho. Documentos online, 121). ISSN 1808-4648.

PROTAS, José Fernando da Silva; CAMARGO, Umberto Almeida; MELLO, Loiva Maria R. de. A viticultura brasileira: realidade e perspectivas. In: *VITICULTURA E ENOLOGIA - ATUALIZANDO CONCEITOS*, 2002. Embrapa Uva e Vinho. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/539461/a-viticultura-brasileira-realidade-e-perspectivas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense (REVITIS). Curitiba: SEAB, 2024.

SALVADO, J. O. (2017). Boticas e o “Vinho dos Mortos”: reforçar a identidade cultural do território na experiência de enoturismo. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 11(2), 294–319. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i2.1304>

SANCHO PEREZ, Amparo (OMT). (Coord.) Introdução à metodologia de pesquisa em turismo. São Paulo: Roca, 2005.

VALDUGA, Vander; MINASSE, Maria Henriqueta S. G. G. O Enoturismo no Brasil: Principais Regiões e Características da Atividade. *Territoires du vin*, [s. l.], 2018.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTEVISTA

Nº	Perguntas abordadas
1.	Como você avalia o impacto do Programa REVITIS na vitivinicultura e no enoturismo no Paraná desde 2019?
2.	Quais foram as principais iniciativas ou ações promovidas pelo REVITIS que contribuíram para o desenvolvimento do enoturismo na região?
3.	O REVITIS tem influenciado a integração entre produtores de vinho e agentes turísticos locais?
4.	Em sua opinião, quais são os efeitos do REVITIS sobre a visibilidade e o crescimento das vinícolas locais como destino turístico?
5.	Como os agentes locais, vinícolas e produtores, têm reagido e se adaptado às mudanças promovidas pelo REVITIS?
6.	Quais estratégias você sugere para que o REVITIS amplie seu impacto no desenvolvimento do enoturismo e fortaleça ainda mais o setor no Paraná?